

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.761 - RS (2019/0243402-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA MARTINS (PRESO)
RECORRENTE : VALDINEI SILVEIRA DA ROSA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA MARTINS e VALDINEI SILVEIRA DA ROSA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0173396-47.2019.8.21.7000.

Extraí-se dos autos que os recorrentes foram presos preventivamente, em processo que apura a prática de crime previsto no art. 157, § 2º, inc. II do Código Penal (roubo qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *mandamus* perante o Tribunal de origem, a qual foi denegada em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

- **REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA.** A decisão que decretou a segregação cautelar do paciente está devidamente apoiada em valor protegido pela ordem constitucional em igualdade de relevância com a liberdade individual - a tutela da ordem pública. Ademais, apresenta suficiente análise dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal - prova da existência do crime e indícios da autoria, seguida da decretação da medida restritiva com fulcro em hipótese fática prevista no dispositivo legal.

- **PERICULUM LIBERTATIS. FUMUS COMISSI DELICTI.** Merece ênfase não só a gravidade ínsita aos delitos imputados (roubo majorado pelo concurso de agentes), mas também a que foi revelada pelos meios concretos de sua execução, considerando as severas circunstâncias fáticas descritas nos elementos indiciários que instruem o presente writ. Segundo consta, os pacientes teriam ingressado na residência da ofendida, durante a noite, com uma faca em mãos, e, diante da pronta reação da vítima, que buscou abrigo no banheiro da

Superior Tribunal de Justiça

casa e gritou por ajuda, os agentes teriam efetuado a subtração de tão somente um celular, empreendendo fuga a seguir. Todavia, alertados pelos gritos de socorro, os vizinhos da vítima detiveram os agentes até a chegada da autoridade policial. Os pacientes foram identificados com segurança pela ofendida como sendo os autores do delito. E de tais circunstâncias, igualmente, se retira com suficiência o fumus comissi delicti. Além disso, a denúncia já foi recebida, o que corrobora a materialidade e os indícios de autoria. Com efeito, estas são circunstâncias concretas que revelam não só a gravidade do delito, mas também a periculosidade social dos agentes.

- NULIDADE PELA NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. O fato de os flagrados não terem sido conduzidos à audiência de custódia designada não fulmina com vício insanável o superveniente decreto preventivo fundado em pressupostos específicos e com suficiente motivação.

- ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. Eventuais condições pessoais favoráveis do agente não obstam a decretação da prisão preventiva, nem conferem ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória.

- PRISÃO DOMICILIAR. ESTADO DE SAÚDE. Não foi trazida aos autos notícia sobre eventual negativa de atendimento médico relativo ao local onde o paciente JOSÉ ANTONIO atualmente se encontra segregado, inexistindo suporte mínimo para análise do pleito. Ao que tudo indica, ademais, o pedido não foi deduzido perante o juízo de origem, razão pela qual se mostraria incabível qualquer pronunciamento desta Corte, sob pena de supressão de grau de jurisdição.

- MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. Os documentos colacionados ao writ não revelam a suficiência da imposição das medidas cautelares diversas previstas no artigo 319 do CPP. Ordem denegada. (fls. 180/189)

No presente recurso alega, em síntese, falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão, a qual teria se distanciado dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma o caráter excepcional da custódia cautelar, invocando os enunciados das Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal, ressaltando a prevalência das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, em liminar, e no mérito, a revogação da custódia, com ou sem a fixação de alguma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Liminar indeferida às fls. 233/235.

Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas às fls. 239/240, 269/270.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso (fls. 276/278).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 09/08/2019, nos autos da Ação Penal n. 2.19.0003670-2/RS, foi concedida liberdade provisória aos recorrentes, mediante aplicação de medidas cautelares alternativas, sendo expedido alvará de soltura em favor deles.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator